

FIES, Política Pública de Inclusão. Para Quem? Uma Análise de Casos Múltiplos

Ana Paula Medeiros Bauer,
anabauer@id.uff.br
UFRRJ

Maria Nair Rodrigues Salvá,
mnairrodrigues@yahoo.com.br
Unigranrio

Rejane Prevot Nascimento
rejaneprevot@unigranrio.edu.br
Unigranrio

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo discutir o FIES enquanto política pública, a partir de uma reflexão crítica sobre seu impacto no setor de ensino superior. Para tanto, foi feita a análise de dados do setor e das IES de capital aberto; apoiando-se, ainda, esta análise, nos relatórios sobre o FIES realizados pelo TCU e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico/MF, bem como na literatura existente sobre o tema. O aporte teórico está baseado na discussão acerca da entrada do capital estrangeiro nas IES privadas brasileiras; sobre a contribuição do FIES na prevalência da hegemonia privado-mercantil; e, por fim, sobre a consolidação da estrutura das IES de capital aberto e a importância do FIES para estas instituições. Os resultados indicaram que há a necessidade de se rever o processo desordenado de desnacionalização das IES brasileiras, de se repensar os mecanismos de colonialidade nos quais se estruturara a lógica universitária, representados pelos processos de privatização, oligopolização e financeirização do mercado educacional brasileiro. O atual cenário mostra a interação de atores para além do Estado, favorecendo a hegemonia dos discursos e das políticas neoliberais, em detrimento da qualidade do ensino e pesquisa e da realidade social no país.

Palavras-Chave: FIES, Financeirização, Instituições de Ensino Superior Privadas, Internacionalização

1.Introdução

No Brasil, a década de 1980 foi palco de intensas discussões na literatura sobre as políticas públicas implementadas no país, a fim de repensar o Brasil, dentro de um contexto de redemocratização nacional. Para tanto, seria necessária a construção de um novo modelo de proteção social, discutido amplamente nos diversos campos disciplinares, redimensionando as ações do Estado nas suas diferentes esferas de atuação, incluindo a área da educação.

Na década de 1990, o movimento de privatização das empresas estatais e a intensa entrada de capitais estrangeiros, ocorridos durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), acabaram por promover a reestruturação societária das empresas brasileiras (LAZZARINI, 2011). Desta maneira, consolidaram-se o discurso hegemônico e as práticas neoliberais que se traduziram em uma reconfiguração das relações entre Estado e sociedade.

Ibarra-Colado (2010, p.38) observa a necessidade de se pensar sobre as relações internacionais considerando “os efeitos produzidos pela racionalidade neoliberal em termos de espaços sociais” onde “as instituições políticas não operam sob as regras da democracia representativa ou, finalmente, daquelas comunidades em que o individualismo e competição

não adquirem seu próprio significado porque seu imaginário social está relacionado a outros valores e realidade”.

As reformulações implementadas na política educacional brasileira, provocadas por organismos internacionais, propunham a inserção dos países periféricos de baixos níveis de escolaridade na economia mundial mais competitiva e globalizada. Esses países se encontravam em assimetria com as metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na “*Conferência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos*”, que teve como patrocinadores o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que estabelecia, dentre outros objetivos e metas, a melhoria da qualidade do ensino no país (BRASIL, 1988).

No entanto, além das ofertas de vagas, difundiram-se outras atividades comerciais, conforme observa Oliveira (2009). No caso das instituições de ensino superior (IES) privadas, o saldo de operações de empréstimos concedidos, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) no final de 2016, “totalizou R\$ 31,9 bilhões (crescimento de mais de 1000% nos últimos 4 anos)” (SAE, 2017, p. 8), constituindo esse conjunto de elementos em um “próspero e afluyente mercado, cuja faceta mais importante refere-se à penetração do capital financeiro na educação e a consequente internacionalização da oferta educacional” (OLIVEIRA, 2009, p. 742).

Segundo Herrlein Jr. (2014, p. 50), no “Governo de Lula foram retomados os investimentos e ampliados os gastos com as universidades federais”, através da criação de novas universidades e ampliação de vagas nas universidades já existentes por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), através do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o FIES) “e também por meio do custeio de vagas em universidades privadas, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o qual, segundo Paiva e Silva (2014, p. 499), “empresta sustentação ao sistema educacional privado, passando pela política de independência do Banco Central do Brasil (BCB), responsável pela estruturação dos ganhos especificamente financeiros do conjunto dos estratos proprietários”, cuja política econômica volta-se à “promoção da rentabilidade dos segmentos econômicos que não se encontram submetidos à concorrência externa aberta”. De uma maneira geral, o FIES consiste num em um política pública de financiamento de estudantes em cursos superiores não gratuitos, promovido pelo governo federal, cujos objetivos e efeitos serão abordados com maior detalhamento ao longo deste artigo.

Portanto, tendo em vista as propostas de inclusão de classes inferiores no ensino superior emanadas pela UNESCO e viabilizadas por meio das políticas públicas, esta pesquisa tem como objetivo contribuir com uma análise dessa política pública realizando uma reflexão sobre o papel do FIES na financeirização das IES e a consequente entrada de capital estrangeiro.

2.Aspectos Metodológicos

O estudo realizado pode ser classificado como um estudo de caso múltiplo, pois investigamos material primário publicado pelas quatro IES de capital aberto existentes hoje: Kroton, Estácio, Ser Educacional e Anima; e secundários sobre as mesmas na BM&FBovespa (atual B3). Apoiamos nossa análise na literatura que investiga o setor (CHAVES, 2010; CRUZ E PAULA, 2015; GASPARI, 2017; HERRLEIN JR, 2014; MANCEBO e VALE, 2013; MAZUI, 2017; MENDES, 2015; PAIVA E SILVA,2014; SGUISSARDI, 2015), e em dois relatórios emitidos por órgãos do setor público: o acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU, 2016) emitido pela ministra Ana Arraes, em que o FIES é analisado como uma política pública; e o relatório da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da

Fazenda (SAE, 2017), que analisa o impacto do FIES no orçamento federal. Os dados foram interpretados buscando traçar correlações entre o crescimento do FIES e o crescimento dos investimentos estrangeiros nas IES, principalmente os fundos *private equity*; na quinta sessão analisamos a contribuição do FIES para a hegemonia privado-mercantil na educação superior brasileira.

Não temos por objetivo julgar as práticas de gestão das IES de capital aberto. Nosso objetivo é discutir o FIES enquanto política pública a partir de uma reflexão crítica sobre seu impacto no setor de ensino superior.

O artigo está subdividido em mais cinco sessões: na próxima apresentamos o processo de internacionalização da educação superior no Brasil, para em seguida discutirmos a política pública do FIES; que é seguida da discussão sobre a desnacionalização das IES de capital aberto; as considerações finais fecham o artigo.

3.O Processo de Internacionalização da Educação Superior no Brasil

Foi por meio do binômio taylorismo-fordismo que a estrutura produtiva se desenvolveu da fábrica para a sociedade, sob o controle rígido do capital. Desde então, o mundo industrial e, em especial, o de serviços, se estruturou nesta materialidade produtiva, promovendo a “desantropomorfização” do trabalho, dando início ao processo de reestruturação produtiva, em curso e em escala global (ANTUNES, 2010, p. 14).

Segundo Antunes (2010, p. 14.), este novo cenário de ideologia política dominante se apresenta sob os princípios do neoliberalismo, em substituição ao Estado de Bem-Estar Social, reduzindo a força de trabalho vivo e ampliando, de forma intensa, a sua produtividade, “reterritorializando e mesmo desterritorializando o mundo produtivo”. Neste contexto, destaca-se a educação, subordinando-se à máxima da “mercadorização”, por meio de empresas privadas geradoras de valor, em decorrência da profunda reestruturação produtiva que afetou o setor estatal e público (ANTUNES, 2010, p. 14). A educação como direito de todos e dever do Estado, conforme prevê a Constituição de 1988, parece não ter atingido ao fim a que se propunha, verificando-se, nas últimas décadas do século XX, uma descrença no processo desenvolvimentista do país. Essa ideia foi fortalecida pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, em consonância com os países centrais, a “fim de atingir frontalmente o Estado social, difundindo o *ethos* neoliberal também na agenda educacional” (LEHER, 2010, p. 36).

Sob este aspecto, observa Cruz e Paula (2015, p. 243) que “as políticas adotadas pelo Estado têm sofrido drásticas transformações [...], ou seja, que nessa perspectiva ela deixa de ser entendida como direito do cidadão e dever do Estado e passa a ser vista como mercadoria”. Segundo as autoras, essas mudanças educacionais têm acompanhado as políticas econômicas, tendo como vetor as diretrizes do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A partir da década de 1990, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pode-se verificar o aprofundamento das reformas educacionais realizadas sob orientação e apoio financeiro de organismos internacionais. As políticas implementadas provocaram o crescimento exponencial das instituições de ensino privadas no país, em consonância com a ideologia neoliberal dominante, a fim de atender à demanda de um novo mercado, num mundo globalizado, baseado nos ideais da sociedade do conhecimento, cujo objetivo é “a difusão de habilidades instrumentais e a socialização de um certo *ethos* cultural pró-sistêmico, afim ao padrão de acumulação então em curso” (LEHER, 2010, p. 43).

Segundo Neves (2006), a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional/1996 instituiu a implantação das políticas públicas nacionais, na área da educação, promovendo, dentre outras mudanças, a fragmentação e o empresariamento da educação superior, bem

como os seus instrumentos de avaliação. No Governo Lula (2003-2010) houve o fortalecimento do setor privado-mercantil, como, por exemplo, com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004 (LEHER, 2010).

Diante desta realidade, permanece o questionamento sobre o ideal de escola de qualidade, estruturada no modelo capitalista, exploratório, mercantilista e promotor de desigualdades, pois, segundo Mignolo (2005), observa-se que as estruturas de poder do mundo moderno/colonial não apenas produziram um enorme impacto em sua reestruturação, mas teve e tem importantes repercussões nas relações Sul-Norte nas Américas. Na seção seguinte, serão discutidos os rumos privatistas da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil promovida pelo FIES.

4.A Política Pública do FIES

Segundo Souza (2006, p.24) “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”. Conforme a autora existem definições que percebem as políticas públicas como ações para solucionar problemas. No entanto, tais definições, que enfatizam aspectos racionais e procedimentais nesse campo, são rebatidas por críticos que visualizam as políticas públicas como embate em torno de ideias e interesses (SOUZA, 2006). Souza (2006, p.25) salienta que as políticas públicas não podem ser reduzidas em definições que não levem em conta seu caráter principal: “o aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos”. Ou seja, definições que reproduzem as políticas públicas como ações para solucionar problemas concentraram seu foco “no papel dos governos, deixando de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais” (SOUZA, 2006, p.25). Em síntese, política pública é o “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26).

Nesse sentido, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) se caracteriza como uma política pública que gera benefícios a estudantes matriculados em IES não gratuita, implementado através da Lei 10.260, em 2001; constituindo-se em uma forma de financiamento das mensalidades, um empréstimo em longo prazo feito pelo governo aos alunos de baixa renda (MEC, 2017, s/p). O financiamento ao estudante do Fies é um empréstimo da União, por meio de instituição bancária (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), garantido pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Este fundo garantidor de crédito tem natureza privada, é de propriedade integral da União, por esta ser a única cotista, e é administrado pelo Banco do Brasil (SAE, 2017). O FIES faz parte de um conjunto de ações governamentais que tem o intuito de democratizar o acesso ao ensino superior para todas as camadas sociais.

Além disso, o FIES também é instrumento do Governo Federal para alcançar a Meta 12 do Programa Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que visa “elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% das novas matrículas no segmento público” (TCU, 2016, p. 76). A taxa bruta de matrículas é definida pelo total de matriculados (incluindo todas as idades) dividido pelo total populacional que se insere em idade considerada regular para esse nível de ensino (18 anos à 24 anos) (TCU, 2016). Já a taxa líquida de matrícula indica o acesso à educação por aqueles que estão na idade prevista de cursar tal nível de ensino, “é a razão entre o número total de matrículas de alunos com a idade recomendada para cursar determinado nível de ensino e a população total na mesma faixa etária” (TCU, 2016, p. 26).

No entanto, o FIES, anteriormente denominado como Programa de Crédito Educativo (Creduc), foi criado em 1975 como um importante incentivo para a manutenção do setor privado (MANCEBO e VALE, 2013). O Creduc também consistia em um empréstimo para o pagamento de mensalidades ou para a manutenção de estudantes carentes matriculados, respectivamente em IES privadas ou públicas (MANCEBO e VALE, 2013). Mancebo e Vale (2013, p. 86) revelam que “o programa foi instituído quando a ordenação econômica do milagre econômico começou a falhar, revelando a necessidade de injeção de recursos públicos para a manutenção dos alunos”. Dessa forma, nota-se que foi uma iniciativa para se manter a demanda das IES privadas, conforme observam as autoras. Após diversas reformulações, o Creduc chegou à década de 1990 com alto número de devedores, sendo substituído pelo FIES (MANCEBO e VALE, 2013).

Em 2009 foi possível notar uma expansão do programa, que passou de “aproximadamente 182 mil contratos em utilização (estoque), em 2009, para 1,9 milhão em 2015, um acréscimo médio de 280 mil matrículas por ano” (SAE, 2017, p. 4). Um montante significativo desse investimento aconteceu a partir de 2012, “quando o fluxo de novos contratos cresceu consideravelmente, chegando a 733 mil novos contratos em 2014”. (SAE, 2017, p. 4). O FIES se tornou de suma importância para as IES privadas, uma vez que tem garantido o pagamento das mensalidades de uma grande parcela de estudantes, o que favorece a expansão desse setor (CHAVES, 2010). No entanto, é importante explicitar que as IES privadas não recebem o pagamento das mensalidades em dinheiro, por meio do FIES, as mesmas recebem um título do Tesouro Nacional (Certificado do Tesouro Nacional – CFT série E9) (MENDES, 2015). Com isso, as IES privadas podem quitar suas obrigações de tributos e previdenciárias devidas à União, especialmente no que se refere ao parcelamento de dívidas atrasadas (MENDES, 2015).

Esse processo foi criado como uma maneira de unir a “expansão do crédito educacional com um estímulo à quitação de débitos e à adimplência fiscal das escolas privadas de ensino superior” (MENDES, 2015, p.11). Porém, caso a IES não tenha dívidas tributárias e previdenciárias maiores que o CFT, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que opera o FIES, realiza trimestralmente a recompra dos títulos, pagando às IES em espécie (MENDES, 2015). No final de 2017, foram sancionadas mudanças para as regras do FIES. Segundo Mazui (2017, s/p), “uma das mudanças trata dos financiamentos de uma das modalidades que terão taxa de juros real igual a zero”, antes os juros seguiam a 6,5% ao ano. O FIES também passa a contar com três modalidades. A primeira modalidade disponibiliza 100 mil vagas para estudantes com renda familiar de até três salários mínimos per capita, à juros real zero, em substituição ao atual modelo (MAZUI, 2017).

A segunda modalidade é nova e oferece 150 mil vagas para estudantes com renda familiar de até cinco salários mínimos per capita. Essas vagas são destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, com recursos de Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento (MAZUI, 2017). Por fim, a terceira modalidade oferta 60 mil vagas e também é nova. Foi criada para estudantes de todo país com renda familiar de até cinco salários mínimos *per capita* (MAZUI, 2017). Espera-se que o estudante comece a pagar as prestações logo no primeiro mês após a conclusão do curso, se possuir renda. A estimativa do Ministério da Educação é de que o valor seja quitado em até 14 anos (MAZUI, 2017).

Nesse sentido, as políticas de ajuste fiscal do Estado e a orientação de expandir o ensino superior sem aumentar a despesa pública, sugeridas pelos órgãos internacionais, seguiram em desenvolvimento nos governos que se sucederam (CHAVES, 2010). Dessa forma, a exploração do ensino superior passou a ser vista como um investimento produtivo, gerando ganhos e se caracterizando como uma mercadoria que pode ser negociada no mercado (CHAVES, 2010). Sendo assim, os investimentos públicos destinados às

Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são reduzidos e contidos, enquanto as políticas de Estado têm fomentado o crescimento das IES privadas, ofertando isenções fiscais que beneficiam a mercantilização e o aumento do capital privado (CHAVES, 2010).

5.A Contribuição do FIES para a Hegemonia Privado-Mercantil na Educação Superior Brasileira

A partir de 2008, o mundo passou a enfrentar uma crise do modelo capitalista vigente que teve impactos em diversos setores da sociedade e as políticas de cunho social passaram a ser vistas como um impedimento para o crescimento econômico (CHAVES, 2010). Esse cenário atingiu também as IES privadas provocando um aumento da competitividade entre as mesmas e a necessidade de conquistar investimentos (CHAVES, 2010). Sendo assim, foi preciso buscar possibilidades no mercado para a manutenção do crescimento em quantidade e do aumento do lucro das IES privadas (RUAS e OLIVEIRA, 2016). Uma das estratégias desenvolvidas pelas IES privadas brasileiras para buscar se manter no mercado em meio à crise foi vender uma parcela do estabelecimento nacional ao capital estrangeiro, o que pôde ser observado com mais significância por meio das aquisições realizadas por fundos Private Equity (CARVALHO, 2013), que são instituições que investem em empresas que ainda não tem ações listadas na bolsa, ou seja, empresas de capital fechado.

Outro fenômeno também observado foi a oligopolização do mercado educacional, no qual apenas uma empresa, a Kroton administra mais de 20% do total de matrículas em IES privadas no Brasil (SGUISSARDI, 2015). Caso se considere somente as 11 maiores IES privada, a proporção é duplicada representando 40% (SGUISSARDI, 2015). Vale lembrar que em julho de 2016 a Kroton anunciou a compra da Estácio, no entanto essa ação foi vetada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) (MARTELLO, 2017, s/p). O veto ocorreu por se tratar de uma operação que concentraria mais 30% do mercado educacional nas mãos de apenas uma instituição, enquanto o limite estabelecido pelo Cade é de 20% (MARTELLO, 2017, s/p).

A primeira abertura de capital de uma IES (Anhanguera Educacional S.A.) privada aconteceu em 2007 por meio da oferta pública de ações na BM&FBOVESPA (CARVALHO 2013). Dessa forma, a composição de capital das empresas desse setor foi modificada progressivamente, se caracterizando pela saída dos investidores (sócios) individuais e a entrada de fundos de investimento nacionais e estrangeiros em renda variável e outras empresas (CARVALHO 2013). Dois anos antes, em 2005, houve a entrada da primeira IES de capital estrangeiro no Brasil, a Laureate (LAUREATE, 2018, s/p).

Sguissardi (2015) aponta para o pioneirismo do mercado brasileiro na construção de empresas educacionais com o capital aberto e a realização de oferta pública inicial, “isto é, lançam ações no mercado de ações com apoio de fundos nacionais e transnacionais de *private equity*, que têm, em geral, comandado o processo de preparo dessas empresas para sua abertura de capital e IPO (Initial Public Offering) na bolsa de valores” (SGUISSARDI, 2015, p. 870). Nos últimos anos até o fim de 2014, “ou até a edição das Portarias 21 e 23 do Fies, de 29/12/2014”, o setor da educação no mercado de ações se mostrou o mais lucrativo dentre os que constituem a Bovespa (SGUISSARDI, 2015, p. 870). Na análise de dois anos (agosto de 2012 – agosto de 2014), notou-se uma valorização das ações da Kroton de 314% e de 240,97% das ações da Estácio (SGUISSARDI, 2015).

Vale ressaltar que a estratégia de realizar operações no mercado de capital, tanto por fundos específicos como por lançamentos de ações na bolsa, proporciona uma arrecadação concentrada que permite altos valores monetários que são visados para financiar e intensificar os processos de aquisições e fusões, com o intuito de crescer em escala (CARVALHO 2013). Essa cena no setor educacional não se restringe somente à realidade brasileira, mas faz parte

de uma das consequências da globalização que tornou as Instituições de Ensino em objeto de importância para o capital (CARVALHO 2013).

Percebe-se então que as iniciativas desenvolvidas pelo Estado por meio das políticas transformaram o setor educacional privado em um setor econômico de consumo, onde a mercadoria é a educação. Por isso, a educação deixa de ser um “direito do cidadão e dever do Estado e passa a ser vista como mercadoria” (CRUZ e PAULA, 2015, p. 243). Esse processo de mercantilização se amplia com as fusões que formam grandes conjuntos educacionais enfatizando o financiamento das IES por meio do capital estrangeiro, gerando assim um “processo de desnacionalização” da educação nacional (CRUZ e PAULA, 2015, p. 244). Cruz e Paula (2015) apontam que muitas das IES que tem ações na Bolsa de Valores formam oligopólios financeiros que possuem mais de um bilhão de reais para realizar aquisições e assim dominar o mercado. Segundo Jardim (2017), somente a Estácio possui 600 milhões em caixa para ir às compras.

Sguissardi (2008) alerta que o crescimento do mercado da educação no Brasil ocorre, pois existe uma demasiada liberdade de atuação de capitais nacionais e estrangeiros e pela ausência de limites da participação estrangeira na composição do capital. O limite de 30% de capital estrangeiro na composição de empresas nacionais de ensino superior é apenas uma proposta do Projeto de Lei da Reforma Universitária (SGUISSARDI, 2008). Nota-se que o modelo de expansão da educação superior no Brasil tende a se desenvolver pela lógica do mercado-educacional, impondo-se o domínio do setor privado-mercantil sob o setor federal de educação (SGUISSARDI, 2008).

6.A Desnacionalização das IES de Capital Aberto: Inclusão para quem?

Os investimentos do FIES impactam de maneira significativa os resultados dessas empresas educacionais uma vez que as mesmas conseguem adquirir um grande volume de financiamento. A partir de 2013 mais de 30% dos alunos eram financiados pelo programa. O FIES foi responsável por mais da metade dos estudantes da Kroton em 2014, e por quase 50% dos estudantes da Anima no mesmo ano (TCU, 2016). Sendo assim, é importante destacar o papel de tal política de financiamento nas receitas dessas empresas educacionais.

A Kroton é descrita pela BM&FBovespa como companhia que tem por objeto a participação como sócia ou acionista em sociedades que explorem a administração de atividades de educação, nota-se que empresa possui interesses em desenvolver atividades de mercado deixando a preocupação com a educação de qualidade e transformadora da realidade social fora de suas atividades principais. A composição do capital da Kroton é diluída entre seus sócios, como empresárias brasileiras que somam cerca de 6% do capital, investidores estrangeiros como a GIC Private Limited, que é o fundo soberano de Cingapura, a BlackRock Inc uma empresa estadunidense líder na gestão de ativos no mundo, JPMorgan Asset Management Holdings Inc., outra empresa americana que também trabalha com gestão de ativos que comprou ações da Kroton recentemente, pois até o fim de maio de 2017 tal empresa não fazia parte da posição acionária da empresa (BM&FBovespa, 2017). Além disso, a Kroton também conta com ações sob o controle de Capital World Investors que são investidores mundiais particulares. Nesse sentido, a empresa educacional possui cerca de 21,12% de capital estrangeiro em sua estrutura acionária, conforme dados de 10 de julho de 2017. Vale ressaltar que até maio a empresa contava com 15,18% de capital estrangeiro e mesmo em cenários de crise como o atual a Kroton teve um aumento do investimento internacional.

Já a Estácio Participações na descrição fornecida pela BM&FBovespa, desenvolve principalmente atividades de ensino superior nas modalidades presencial e a distância. E possui atualmente a seguinte posição acionária. A estrutura de capital da empresa também

conta com capital privado de uma empresária brasileira representando 4,55%, enquanto 36,72% dos investimentos advém do capital estrangeiro. A Coronation Fund Managers é negócio de investimentos independentes de origem sul africano que possui 10,44% das ações, aumentando sua participação em 0,72% em menos de dois meses. Até 31 de maio de 2017 a empresa possuía 9,72% das ações. Já o Clube de Investimentos TCA é um fundo de investimento de São Paulo fundado em 2008 e possui 5,15% das ações. O Clube de Investimentos é uma união de recursos de pessoas físicas com no mínimo 3 e no máximo 50 participantes (PORTAL DO INVESTIDOR, 2017, s/p). A Oppenheimer Funds possui 17,04% das ações e é uma das empresas de investimento mais conceituada do mundo, de origem norte americana e com filiais na Inglaterra, Irlanda e Luxemburgo. A FIL Limited possui 5,17% das ações e é uma empresa britânica de pesquisa e informações de investimentos que auxilia e orienta executivos. A Estácio Participações também conta com ações de investidores mundiais particulares que detém 4,07% da composição acionária.

O curioso na participação da Oppenheimer no capital da Estácio é que esse fundo privado detem participação acionária também na Embraer e na BRF (BM&FBovespa). Ou seja, aviões, carne de frango e educação tornam-se idênticos no que diz respeito à escolha de investimento. O mesmo se verifica no caso do fundo privado nacional Tarpon que tem ações tanto da BRF quanto tinha do grupo Somos Educação, que foi vendido recentemente para a Kroton. Essa aquisição pela Kroton no valor de R\$ 4,57 bilhões – após o CADE ter rejeitado a compra da Estácio – pode indicar uma nova estratégia a ser seguida: a entrada o ensino médio premium e na produção de livros didáticos e conteúdo em geral (Valor, 2018).

A Ser Educacional tem suas principais atividades descritas pela BM&FBovespa como a administração de atividades e instituições no setor de educação e outras áreas associadas, administração de bens e negócios próprios; e participação em outras sociedades. Sua composição acionária não conta com corporações internacionais e não sofreu alterações nos últimos meses. O sócio majoritário da empresa é seu próprio fundador o paraibano José Janguê Bezerra Diniz que em 2014 fez parte da lista de bilionários do mundo da revista Forbes (FREITAS, 2014). Portanto, a Ser se destaca como a única IES de capital aberto ainda sob controle de capital nacional.

Já o grupo Ânima possui, segundo a BM&FBovespa atividades de administração direta ou indireta de instituições de 3º e 4º grau e de educação profissional. Suas ações são diluídas dentre diversos empresários brasileiros, dentre eles o sócio fundador do grupo Marcelo Battistella Bueno e corporações brasileiras. Sendo assim, o capital da empresa é nacional e não possui investimentos estrangeiros. Dessa forma, a empresa conta com 8,05% de investimento em ações da Península Fundo de Investimento em Participações que é uma empresa de investimento privado, focada na criação de valor à longo prazo fundada pelo empresário Abílio Diniz. A Dynamo Administração de Recursos é uma empresa que administra recursos em renda variável no mercado brasileiro e possui 7,13% das ações do grupo Ânima. Já a Dynamo Internacional Gestão de Recursos Ltda. atua na gestão de recursos de investidores não residentes no Brasil e na gestão de fundos de investimento em ações com foco no exterior, sendo assim poderia se aproximar de uma representação do capital estrangeiro na Ânima, mas é caracterizada como uma empresa nacional e detém 6,90% das ações. A Rne Gestão Patrimonial S.A. é uma empresa paulista sediada em Campinas que realiza atividades de consultoria em gestão empresarial e conta com 0,59% de ações. Já a Onyx Latin America Equity Fund. Lp - Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S/a é uma gestora de recursos situada em São Paulo que administra ativos para um pequeno grupo de investidores, investindo principalmente em empresas latino-americanas e possui 4,26% das ações.

Analisando a posição acionária de cada IES brasileira pode-se notar que algumas contam com uma porcentagem significativa de capital estrangeiro e esse investimento vem crescendo. No entanto duas IES não possuem capital estrangeiro e contam apenas com investimentos brasileiros. No caso da Ser Educacional, o fundador continua sendo o maior detentor de ações. Sendo assim, é possível perceber que as duas maiores empresas educacionais do país são a Kroton e Estácio Participações que possuem um grande volume de investimentos advindos de fora.

O FIES é tão importante para essas empresas que no ano de 2015 as mesmas sofreram o impacto do reajuste no repasse, perdendo entre 30% e 50% no valor de suas ações (SGUISSARDI, 2015). Além disso, em 2014 o FIES era responsável por 49% das receitas do Grupo Ser Educacional, 44% da Kroton (KROT3), 40% da Estácio (ESTC3) e 38% da Anima (ANIM3). (UMPIERES, 2015). Nesse sentido, nota-se então que o capital estatal é responsável por garantir o lucro dessas empresas e conseqüentemente valoriza o capital estrangeiro uma vez que pelo menos em duas delas existe o investimento internacional (TCU, 2016; SAE, 2017) Além disso, o total gasto com o FIES cresceu acima de 10 bilhões de 2015 para 2016; passando de 21,9 bilhões para 32, 3 bilhões; esse valor é maior do que os gastos (28, 6 bilhões) com o Bolsa Família em 2016. (SAE, 2017). Nesse contexto, é relevante discutir que esse cenário de mercantilização da educação por meio de investimentos públicos faz parte de um movimento do modelo capitalista de desenvolvimento. O FIES que essencialmente é uma política para inclusão no ensino superior de alunos que não possuem condições de pagar mensalidades em IES privadas, acabou se tornando um potencializador do capital internacional e de fundos privados nacionais antes não ligados à educação, iniciando um processo de “desnacionalização” das empresas educacionais brasileiras.

Guedes (2010) discute a Política Econômica Internacional na América Latina, apontando para a participação estatal na internacionalização dos negócios. No entanto, no caso das empresas educacionais brasileiras, o que podemos notar é que ocorre o processo reverso. O capital estatal investiu fortemente na alavancagem das receitas das IES privadas, chamando a atenção do capital estrangeiro para o investimento nas empresas que possuem o capital aberto. A autora revisita o quadro de diplomacia triangular proposta por Stopford e buscar evidenciar o papel do Estado, das Organizações Internacionais Governamentais (IGOs), da Comunidade Política Econômica Internacional, das Organizações Internacionais Não-Governamentais (INGOs), das Empresas e do Poder Hegemônico (GUEDES, 2010).

No processo de abertura de capital, mercantilização da educação e oligopolização do setor (CHAVES, 2010; SGUISSARDI, 2015) podemos perceber o fenômeno interdisciplinar acontecer. Tais transformações no campo da educação brasileira foram provocadas principalmente por recomendações de órgãos econômicos internacionais buscando superar a crise do Estado de Bem-Estar Social, ou seja, a ação da Comunidade Política Econômica Internacional. Dessa forma, entra em cena o Estado Brasileiro com a missão de implantar e fomentar no país a diminuição das responsabilidades perante a sociedade, promovendo o crescimento do setor privado educacional, com auxílio do FIES. Por fim, percebe-se a ação do setor de negócios internacionais e capitais nacionais que percebem nas empresas educacionais brasileiras uma grande oportunidade de valorização do capital, realizando assim a compra de ações.

Diante do exposto, é notório que as políticas públicas de fomento à educação privada, principalmente o FIES, trouxeram benefícios financeiros para essas empresas uma vez que as mesmas conseguiram potencializar seus lucros com base nesse financiamento. Órgãos públicos como o TCU e a SAE/MF chegaram a mesma conclusão e afirmaram que o FIES como estabelecido não era uma política sustentável. No entanto, não é possível afirmar que o campo da educação brasileira teve avanços durante esse processo.

Conforme afirma Gramani (2008) muito se tem falado sobre os bons resultados financeiros e contábeis das IES brasileiras de capital aberto, porém pouco se discute sobre qualidade e futuros investimentos na área. Além disso, apesar do investimento pesado que o Estado fez no setor privado de educação, não é possível perceber uma contrapartida significativa por parte dessas IES. Sguissardi (2015) aponta que o regime de trabalho dos docentes em IES privadas, analisado em 2012, evidencia que 41% dos docentes são horistas; 34% são de docentes em tempo parcial; e apenas 24% possuem regime de trabalho em tempo integral.

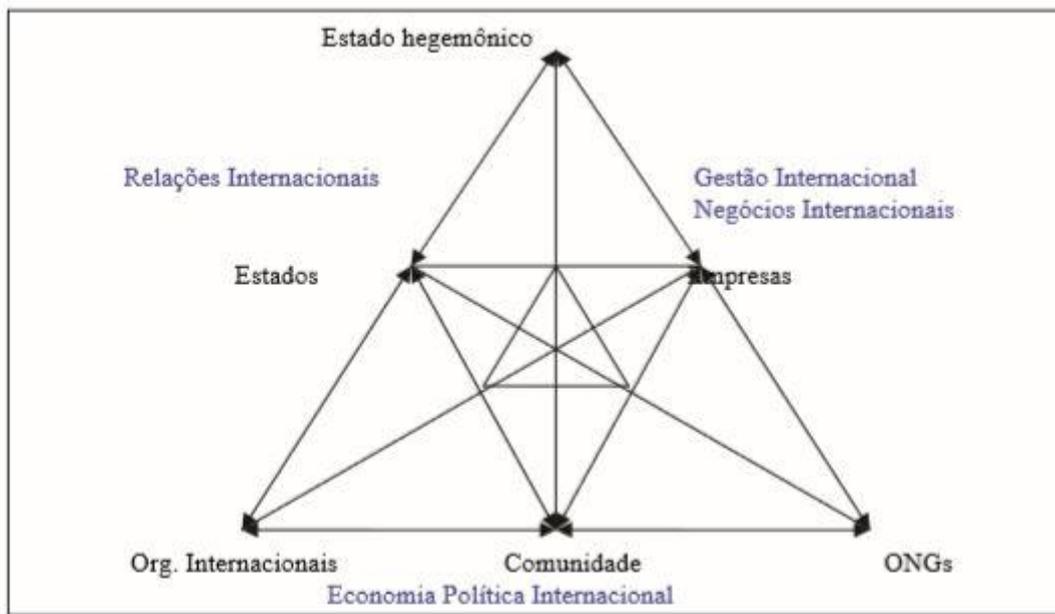
Dessa forma, infere-se que por conta do caráter lucrativo de tais IES, o regime de trabalho que prevalece se mostra o mais vantajoso em termos de custos reduzidos e passível de retornos financeiros. Em 2012, nas universidades públicas a proporção de docente/alunos era de 1/13, já nas IES privadas era de 1/33 (SGUISSARDI, 2015). Ademais, a recente mudança nas leis trabalhistas fez com que instituições realizassem demissões em massa de professores que, segundo observadores, teria sido definida pelos fundos internacionais que as controlam (GASPARI, 2017).

Nesse contexto, é relevante discutir que esse cenário de mercantilização da educação por meio de investimentos públicos faz parte de um movimento do modelo capitalista de desenvolvimento. O FIES que essencialmente é uma política para inclusão no ensino superior de alunos que não possuem condições de pagar mensalidades em IES privadas, acabou se tornando um potencializador do capital internacional iniciando um processo de “desnacionalização” das empresas educacionais brasileiras.

Guedes (2010) discute a Política Econômica Internacional na América Latina, apontando para a participação estatal na internacionalização dos negócios. No entanto, no caso das empresas educacionais brasileiras, o que podemos notar é que ocorre o processo reverso. O capital estatal investiu fortemente na alavancagem das receitas das IES privadas, chamando a atenção do capital estrangeiro para o investimento nas empresas que possuem o capital aberto.

A autora revisita a diplomacia triangular proposta por Stopford & Strange (1991) e busca evidenciar o papel do Estado, das Organizações Internacionais Governamentais, da Comunidade Política Econômica Internacional, das Organizações Internacionais Não-Governamentais (ONGs), das Empresas e do Poder Hegemônico, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1: Quadro Interdisciplinar: Gestão e Governança internacional.



Fonte: Guedes, 2010, p. 97. Adaptação de Stopford & Strange (1991, p. 22).

No processo de abertura de capital, mercantilização da educação e oligopolização do setor (CHAVES, 2010; SGUISSARDI, 2015) podemos perceber o fenômeno interdisciplinar acontecer. Tais transformações no campo da educação brasileira foram provocadas principalmente por recomendações de órgãos econômicos internacionais buscando superar a crise do Estado de Bem Estar Social, ou seja, a ação da Comunidade Política Econômica Internacional. Dessa forma, entra em cena o Estado Brasileiro com a missão de implantar e fomentar no país a diminuição das responsabilidades perante a sociedade, promovendo o crescimento do setor privado educacional, com auxílio do FIES. Por fim, percebe-se a ação do setor de negócios internacionais que percebe nas empresas educacionais brasileiras uma grande oportunidade de valorização do capital, realizando assim a compra de ações.

Diante do exposto, é notório que as políticas públicas de fomento a educação privada, principalmente o FIES, trouxe benefícios financeiros para essas empresas uma vez que as mesmas conseguiram potencializar seus lucros com base nesse financiamento. No entanto, não é possível afirmar que o campo da educação brasileira teve avanços durante esse processo.

Conforme afirma Gramani (2008) muito se tem falado sobre os bons resultados financeiros e contábeis das IES brasileiras de capital aberto, porém pouco se discute sobre qualidade e futuros investimentos na área. Além disso, apesar do investimento pesado que o Estado fez no setor privado de educação, não é possível perceber uma contrapartida por parte dessas IES. Sguissardi (2015) aponta que regime de trabalho dos docentes em IES privadas, analisado em 2012, evidencia que 41% horistas; 34% tempo parcial; e 24% tempo integral. Dessa forma, infere-se que por conta do caráter lucrativo de tais IES o regime de trabalho que prevalece se mostra o mais vantajoso e passível de retornos financeiros. Em 2012, nas universidades públicas a proporção de docente/alunos era de 1/13, já nas IES privadas era de 1/33 (SGUISSARDI, 2015).

7. Considerações Finais

A educação constitui-se em um vasto campo de estudo focado na importante análise das relações internacionais, pois se insere no contexto global das questões políticas, econômicas, sociais e geográficas que se estendem através das fronteiras nacionais. Neste

sentido, o presente estudo teve como objetivo fazer reflexão crítica sobre o papel do FIES no processo da internacionalização e financeirização da educação superior no Brasil.

O papel político do Estado, das organizações internacionais, das grandes corporações, dos mercados e das políticas mundiais contribuiu para a configuração do atual cenário em que se encontra a educação superior brasileira, cuja evolução histórica se deu sob o predomínio das métricas de inclusão de classes propostas pela UNESCO. O estado de deficiência que se encontra o ensino universitário no Brasil reforça o quadro de subordinação da economia brasileira à globalização neoliberal. Esta defasagem é em grande parte explicada pela ascensão de discursos de mercados cêntricos no pós-guerra fria e por processos correspondentes de imposição da ordem neoliberal por Estados e corporações transnacionais de países desenvolvidos.

A expansão do ensino privado iniciada nos anos 1990 foi acelerada no século atual, principalmente a partir de 2009 com o incremento de matrículas através do FIES. Os maiores beneficiários foram as empresas de capital aberto em sua grande maioria controladas por fundos privados internacionais. Somos totalmente favoráveis à política do FIES de inclusão de estudantes das classes C e D através de subsídios do estado. Contudo, o efeito (talvez) perverso dessa política foi a forte entrada de capital estrangeiro nas IES e a consequente desnacionalização do setor. Por isso pergunta-se: inclusão para quem?

Isso se deu sem que as IES tenham que apresentar como contrapartida ao benefício do FIES um incremento da qualidade de ensino. Sim, o INEP avalia os cursos, mas o que se tem observado ao longo dos anos é a manutenção de uma média baixa do IGC e que não apresenta tendência de alta. Ora, basta um IGC de 1,95 para que a IES tenha a nota 3 e possa manter seu curso aberto. Por que então aumentá-la se isso acarreta em custos? A lógica do capital se impõe ao setor de IES no Brasil. No momento em que os lucros das IES aumentam – e boa parte se torna remessa de lucros ao exterior - e a inadimplência do FIES fica por conta do contribuinte brasileiro, o que temos é o velho ditado da “privatização dos lucros e socialização dos prejuízos”!

Sobretudo, considerando que o efeito mais perverso da política do FIES é provocado pelo fato de que o MEC não exigir das IES beneficiadas pelo FIES uma contrapartida na forma de pesquisa e formação de professores, a pressão – e o custo - pela formação de mestres e doutores segue, principalmente, com as IES públicas. Ou seja, novamente é o contribuinte que arca com esses custos, além de suportar a inadimplência do FIES. O mesmo se dá com verbas destinadas à pesquisa, tão necessária ao desenvolvimento do país e à inclusão social. Essa reflexão se faz ainda mais necessária nesse momento em que se deslinda uma nova estratégia das IES de capital privado de avançar sobre o ensino médio.

Portanto, conclui-se, no presente estudo, que seja observado pelo poder público o desafio de reavaliar a política pública do FIES, paralelamente ao investimento na qualidade do ensino e pesquisa no país. A atuação do Estado, face ao princípio constitucional de igualdade de direito e educação para todos, acabará por promover a mudança da realidade social do país, ante o processo de inclusão da sociedade nas salas de aula das IES brasileiras, através de um processo de pactuação democrática e coletiva.

8.Referências

ANIMA EDUCAÇÃO. Nossas Instituições. Disponível em: <http://www.animaeducacao.com.br/nossas-instituicoes/>. Acesso em 20 de julho de 2017.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho, suas principais metamorfoses e significados: um balanço preliminar. In: GUIMARÃES, C.; BRASIL, I.; MOROSINI, M. V. (Orgs.).

Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

BM&FBOVESPA. Empresas listadas. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 20 de julho de 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 1988.

CARVALHO, C., H. A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*. v. 18 n. 54 jul.-set. 2013

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro a formação dos oligopólios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n.111, 2010, p. 481-500.

CRUZ, A. G.; PAULA, M. F. C. O setor privado mercantil de educação superior no Brasil e a Educação à distância. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 7, n. 2, p. 242-251. Salvador, 2015.

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES. Histórico. Disponível em: http://www.estacioparticipacoes.com.br/estacio2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=30092. Acesso em 20 de julho de 2017.

FREITAS, F. Revista Exame. Ex-engraxate brasileiro é o novo bilionário da Forbes. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/ex-engraxate-brasileiro-e-o-novo-bilionario-da-forbes/>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

GASPARI, E. A Estácio massacrou 1.200 mestres. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2017/12/estacio-massacrou-1200-mestres.html>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

GUEDES, A. International Political Economy, Management and Governance in Latin America. In: GUEDES, A., & FARIA, A. (Eds.). *International management and international relations: a critical perspective from Latin America*. Routledge. p. 77- 106, 2010.

HERRLEIN JR., R. A atualidade de Florestan Fernandes em questão: uma interpretação da Transformação do Estado e da Mudança social no Brasil contemporâneo. In: CALIXTRE, A. B.; ALMEIDA FILHO, N. (organizadores). *Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

IBARRA-COLADO, E. Neoliberal globe/centrism and international management blindness: the indispensable decolonial turn. In: GUEDES, A.; FARIA (Org.). *International management and international relations: a critical perspective from Latin America*. New York: Routledge, 2010.

JARDIM, L. Estácio contrata BTG para avaliar aquisições. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/estacio-contrata-btg-para-avaliar-aquisicoes.html#comments>. Acesso em: 23 de agosto de 2017.

KROTON. Sobre a Kroton: Histórico. Atualizado em 2015. Disponível em: <http://www.kroton.com.br/>. Acesso em 20 de julho de 2017.

LAUREATE. Timeline. Disponível em: <https://www.laureate.net/AboutLaureate/TimeLine#timeline-15>. Acesso em: 26 de fev de 2018.

LAZZARINI, S. G. Capitalismo de laços: Os donos do Brasil e suas conexões/ Sérgio G. Lazzarini. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEHER, R. 25 anos de educação pública: notas para um balanço do período. In: GUIMARÃES, C.; BRASIL, I.; MOROSINI, M. V. (Orgs.). Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

GRAMANI, M., C., N. A influência da qualidade na atratividade de instituições de ensino superior com capital aberto. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 437-454, jul./set. 2008.

GUEDES, A. International Political Economy, Management and Governance in Latin America. In: GUEDES, A., & FARIA, A. (Eds.). (2010). *International management and international relations: a critical perspective from Latin America*. Routledge. p. 77- 106.

MANCEBO, D.; VALE, A., A Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: O caso da UNESA. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 122, p. 81-98, 2013.

MATERLLO, A. Cade reprova compra da Estácio pela Kroton Educacional. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/cade-reprova-compra-da-estacio-pela-kroton-educacional.ghtml>. Acesso em: 29 de janeiro de 2017.

MAZUI, G. Temer sanciona novas regras do Fies, que terá 3 modalidades em 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/temer-sanciona-novas-regras-do-fies-que-tera-3-modalidades-em-2018.ghtml>. Acesso em: 29 de janeiro de 2017.

MEC. O que é FIES. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>. Acesso em: 18 de jul de 2017.

MENDES, M. J. A Despesa Federal em Educação: 2004-2014. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2015 (Boletim Legislativo nº 26, de 2015). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 16 de jun de 2017.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In. LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber.Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas. São Paulo: CLACSO, 2005

NEVES, L. M. W. A Reforma da Educação Superior e a Formação de um Novo Intelectual Urbano. In: NEVES, L. M. W.; SIQUEIRA, A. C. (Orgs.). Educação Superior: Uma Reforma em Processo. São Paulo: Xamã, 2006.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Revista Educação & Sociedade*, v.30, n.108, p.739-760, 2009.

PAIVA, C. A. N.; SILVA, C. B. A quantas anda a revolução burguesa no Brasil. In: CALIXTRE, A. B.; ALMEIDA FILHO, N. (organizadores). *Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

PORTAL DO INVESTIDOR. Cotas de Clube de Investimento. Disponível em: http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/valores_mobiliarios/cotas_outros_clubes.html. Acesso em: 21 de julho de 2017.

RUAS, C., M., S. OLIVEIRA, R., T., S. Modelo De Gestão Da Educação Superior Privada Brasileira. *Rev. Inter. Educ. Sup. Campinas*, SP v.2 n.3 p. 461-479 set. /Dez. 2016.

SAE. DIAGNÓSTICO FIES. Ministério da Fazenda. Secretária de Acompanhamento Econômico –. Junho de 2017.

SER EDUCACIONAL. Sobre o grupo. Disponível em <https://www.sereducacional.com/sobre-o-grupo>. Acesso em 20 de julho de 2017.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set. /dez. 2008.

SGUISSARDI, V. Educação superior no brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, Dez. 2006.

STOPFORD, J., STRANGE, S. *Rival states and rival firms: competition for world market shares*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TCU. ACÓRDÃO TCU. Relatório da Auditoria do FIES, 2016. Disponível em: http://portal.tcu.gov.br/data/files/08/43/F7/B1/51B98510784389852A2818A8/011.884-2016-9%20_FIES_.pdf . Acesso em: 12 de abril 2017.

UMPIERES, R. T. Entenda por que o melhor setor da Bolsa em 2014 já caiu mais de 40% em 2015. **INFOMONEY.COM.BR**, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/3803845/entenda-por-que-melhor-setor-bolsa-2014-caiu-mais-2015>. Acesso em: 21 de julho de 2017.

VALOR. Kroton fecha a compra da Somos Educação por R\$ 4,57 bilhões. Disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/5474105/kroton-fecha-compra-da-somos-educacao-por-r-457-bilhoes> Acessado em 11 de maio de 2018.